**Eixo Temático 4-** Trabajo y empleo agrario. Trabajo asalariado y familiar. Trabajadores migrantes. La conflictividad obrero rural. El contratismo de labores. Pluriactividad y estructura ocupacional.

**TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS RURAIS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017**

Boscardin, Mariele; De Toleto, Vitória Benedetti; Spanevello, Rosani Marisa; Lago, Adriano; Amorin, Gabrieli dos Santos

Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS); Acadêmica de Administração da Universidade Federal de Santa Maria; Professora do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas e do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria; Professor do Departamento de Administração e do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria; Mestranda em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [marieleboscardin@hotmail.com](mailto:marieleboscardin@hotmail.com); [vitoria.t.b@hotmail.com](mailto:vitoria.t.b@hotmail.com); rspanevello@yahoo.com.br; [adrianolago@yahoo.com.br](mailto:adrianolago@yahoo.com.br); [gabrieliamorim@hotmail.com](mailto:gabrieliamorim@hotmail.com)

**RESUMO**

O meio rural brasileiro tornou-se um espaço, de múltiplas funções especialmente em relação às pessoas que nele se ocupam ou residem. Este estudo tem como objetivo analisar as “transformações” no meio rural brasileiro e identificar as disparidades sobre as mesmas nas regiões do estado do Rio Grande do Sul com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins de análise, foram observadas três variáveis: 1) Se o dirigente do estabelecimento reside no mesmo; 2) A finalidade da produção agropecuária do estabelecimento; e 3) Se as atividades desenvolvidas no estabelecimento se referem a principal fonte de renda. Como resultado, constatou-se que, há um significativo número de pessoas envolvidas com as atividades agropecuárias que não residem no meio rural. Uma segunda constatação diz respeito a finalidade da produção agropecuária, onde constatou-se considerável número de estabelecimentos, que tem como princípio apenas o autoconsumo familiar, sem objetivo de comercialização. Por fim, em relação as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, constatou-se que, para um grande número de agricultores as atividades desenvolvidas no estabelecimento não se referem a principal fonte de renda, ou seja, estes agricultores combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas. Estas informações reforçam estatisticamente a multifuncionalidade do meio rural brasileiro.

**1 INTRODUÇÃO**

Nas três últimas décadas incorpora-se na agenda de investigação e reflexão acadêmica no Brasil acerca do desenvolvimento rural, três grandes eixos temáticos: a consolidação da agricultura familiar, o debate de sustentabilidade e os estudos referentes às novas ruralidades e a abordagem da pluriatividade e da multifuncionalidade do rural.

Tratando- se do terceiro eixo, tema este que será abordado neste artigo, o mesmo emergiu a partir de reconhecimento das novas dinâmicas existentes no meio rural no que tange a população rural, em especial as atividades por elas desempenhadas e suas fontes de renda. Com isso, o meio rural brasileiro deixou de ser caracterizado apenas pelo desenvolvimento de atividades agrícolas e tornou-se um espaço de múltiplas funções.

Destacam-se como pioneiros, os estudos de Seyferth (1974, 1984, 1987) tendo como referência os “colonos operários”; seguido dos trabalhos de Schneider (1994, 1999); Anjos (1995); Carneiro (1996) e Neves (1995, 1997) que passaram a incorporar outros conceitos e noções tais como *“part- time farming”* e *“multiple- job holding”.*

Destaca-se ainda, no final da década de 1990, os estudos que abordam a noção de pluriatividade de autores como Carneiro (1998), Kageyama (1998), Schneider (2003) e Anjos (2003). Os debates sobre as “novas ruralidades” também são incorporados neste período por autores como Carneiro (2001), Veiga (2002) e Wanderley (2004).

A respeito dos estudos realizados no âmbito nacional Escher et al., (2005) argumentam que o a realização do Projeto Rurbano desenvolvido por Campanhola, Graziano da Silva (2004) e Graziano da Silva (1999) foi o impulso decisivo ao estudo da pluriatividade no Brasil. Tal estudo visou analisar o que denominou- se de “novo rural brasileiro” em referência à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro.

Os estudos acima citados, os quais utilizaram de dados primários e secundários possibilitaram dimensionar e caracterizar a presença e importância econômica das atividades e rendas não agrícolas entre os agricultores. Escher et al., (2015) destaca que, estas investigações sobre as novas funções que os territórios rurais passaram a desempenhar nas sociedades contemporâneas envolvem a análise de ocupações, rendas e receitas agrícolas e não agrícolas, bem como das dinâmicas dos mercados de trabalho, das economias locais e do desenvolvimento territorial e suas influências sobre as políticas públicas.

De acordo com os autores (ESCHER et al., 2015), foi a partir da obtenção de dados secundários via Censo Agropecuário (2006) que abriu-se novas possibilidades de investigação sobre as características sociológicas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários, momentos no qual passou-se a incluir questões que permitiram apurar a existência de atividades não agropecuárias ou o exercício de atividades fora do estabelecimento pelos chefes ou membros da unidade familiar.

O presente trabalho reconhece as múltiplas funções que os territórios rurais vêm assumindo contemporaneamente, abordando a amplitude da noção de multifuncionalidade com foco empírico nos dados utilizados neste trabalho são oriundos do Censo Agropecuário de 2017, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar as “transformações” no meio rural brasileiro e identificar as disparidades sobre as mesmas nas regiões do estado do Rio Grande do Sul com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins de análise, foram observadas três variáveis: 1) Se o dirigente do estabelecimento reside no mesmo; 2) A finalidade da produção agropecuária do estabelecimento; e 3) Se as atividades desenvolvidas no estabelecimento se referem a principal fonte de renda.

A análise contempla dados agregados do Brasil, do estado do Rio Grande do Sul e dos seus 497 municípios. Para análise das informações referentes aos municípios do estado, os mesmos foram agrupados de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento (RF).

Para compreensão dos dados realizou-se uma análise estatística descritiva por meio do software Microsoft Excel. Além da presente introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em outras duas seções. A segunda seção apresenta algumas noções de pluriatividade e plurirrendimentos do meio rural contemporâneo, dialogando com a literatura. Na sequência, é apresentada a análise dos resultados com base nos dados secundários obtidos por meio do Censo Agropecuário de 2017.

**2 “AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES” DO MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO**

O debate em torno da multifuncionalidade do meio rural refere-se a uma temática que, assim, como tantas outras foi “importada” de realidades externas à brasileira, especialmente da Europa, visto que neste local, este debate já havia ganhado relevância ainda na década 1970, pois representava um instrumento alternativo ao êxodo rural, o qual havia sido gerado em decorrência das transformações capitalistas ocorridas no meio rural. Desta forma, esta temática tornou-se reconhecida não apenas entre acadêmicos, mas também entre autoridades políticas e econômicas da União Europeia (UE), que se preocupavam em manter a estrutura agrária da agricultura familiar e evitar problemas nas áreas urbanas, devido ao acelerado crescimento populacional (FULLER, 1990).

No Brasil, este debate emerge a partir de estudos relacionados ao *part time farm* (agricultor em tempo parcial), no contexto da modernização da agricultura, bem como da especialização produtiva do trabalho, que depois evoluíram para a noção de pluriatividade.

Apesar de ser uma abordagem recente, a sua prática já vem sendo desempenhada historicamente pela agricultura familiar brasileira. Conforme ressalta Seyferth (2011), o trabalho não agrícola já era comum entre os agricultores na Alemanha antes da imigração para o Brasil, o qual teve continuidade após a colonização. Ainda neste sentido, Silva (1997), destaca que não há novidades em combinar atividades agrícolas com não agrícolas. Já que, muito anterior a este período, os camponeses não eram produtores agrícolas especializados, ou seja, combinavam atividades não agrícolas dentro do estabelecimento, as quais envolviam praticamente todos os membros da família em atividades como, produção de doces e conservas, fabricação de móveis e utensílios, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, entre outros. No entanto, a novidade está na combinação de atividades não agrícolas fora do estabelecimento familiar, o que não ocorria até então.

Esse fenômeno decorre a partir de um “transbordamento” do urbano sobre o rural. Ou seja, a diferença entre o rural e o urbano tornou- se cada vez menos relevante, sendo o rural entendido como um “*continuum*” do urbano. Desde então, as cidades não podem mais ser visualizadas apenas a partir do desenvolvimento de atividades industriais, nem o rural somente com a agricultura e a pecuária. Em outras palavras, pode- se dizer que ocorreu uma urbanização do meio rural brasileiro, o que resultou no processo de industrialização da agricultura (SILVA, 1997).

Neste contexto, o espaço rural, que antes limitava- se apenas ao cumprimento de funções produtivas agrícolas, vai ganhando novas atribuições onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas, tais como o consumo de bens tanto materiais quanto simbólicos, bem como prestação de serviços (SCHNEIDER, 2001).

Estes trabalhadores não mais desempenham atividades somente agropecuárias, mas combinam com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, tanto em atividades urbanas industriais, como nas “novas” atividades desenvolvidas no rural, tais como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Além disso, essas famílias podem beneficiar-se financeiramente de políticas públicas compensatórias, a exemplo da aposentadoria rural (SILVA, 1997).

Em relação a estas novas atividades desenvolvidas no meio rural, Silva (1997) destaca algumas como sendo as principais. Em primeiro lugar aponta as atividades relacionadas ao crescimento de indústrias, principalmente as agroindústrias. Seguido das atividades relacionadas à urbanização do meio rural, tais como moradia, turismo, lazer e a preservação do meio ambiente. Finalmente, em terceiro lugar, o crescimento dos sítios de lazer, constituídos por pequenas áreas de terra (em média inferior a dois hectares), destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana.

Desta forma, diante destas novas funções atribuídas ao meio rural, as quais vão além das consideradas tradicionais ou meramente produtivas, de fornecer alimentos e matéria prima para o setor urbano e industrial, evidencia- se que a dinâmica populacional e demográfica brasileira é influenciada cada vez mais por estas novas funções do rural.

**4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

**4.1 Transformações do rural contemporâneo brasileiro e gaúcho**

Inicialmente, a análise dos resultados contempla informações referentes a residência dos dirigentes dos estabelecimentos rurais, conforme tabela 01. Cabe destacar que no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, há, respectivamente, um total de 5.072.152 e 365.052 estabelecimentos agropecuários, apurados pelo Censo Agropecuário de 2017.

**Tabela 01:** Residência dos dirigentes dos estabelecimentos rurais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Estabelecimentos | Dirigente do estabelecimento residente no mesmo | Dirigente do estabelecimento não residente no mesmo |
| Brasil | 72,64% | 27,36% |
| Rio Grande do sul | 81,33% | 18,67% |

**Fonte:** Censo agropecuário (2017).Elaborado pelos autores.

A análise da tabela 01 nos permite constatar que um significativo número de gestores não reside em seus estabelecimentos agropecuários, tanto no caso do Brasil (27,36%), quanto no estado do Rio Grande do Sul (18,67%). Em números, isso representa que 1.386.727 brasileiros não residem em seus estabelecimentos do mesmo modo que 68.159 gaúchos.

Estes resultados demonstram a estreita relação entre o meio rural e o meio urbano, visto que muitos agricultores mesmo residindo no meio urbano desenvolvem atividades agrícolas no meio rural, o que não era observado em décadas anteriores.

Seguindo a análise dos dados, a tabela 02 retrata a finalidade da produção dos estabelecimentos agropecuários.

**Tabela 02:** Finalidade da produção dos estabelecimentos agropecuários.

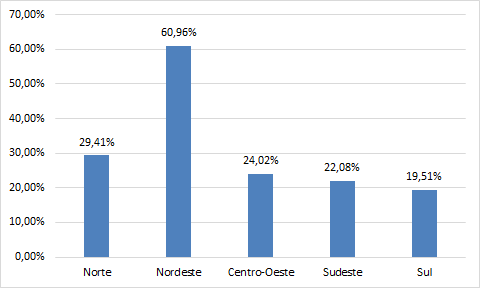
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Estabelecimentos | Consumo próprio | Comercialização |
| Brasil | 40,41% | 59,59% |
| Rio Grande do sul | 18,37% | 81,63% |

**Fonte:** Censo agropecuário (2018). Elaborado pelos autores.

É possível constatar que, grande parcela dos estabelecimentos possui como finalidade da produção agropecuária o autoconsumo familiar (consumo próprio) do gestor e de seus familiares, representando 40, 41% no caso do Brasil e 18,37% no estado do Rio Grande do Sul. Em números, estes percentuais, representam, respectivamente, 2.049.579 e 67.066 agricultores que não produzem com foco na comercialização agrícola.

Os resultados mostram ainda uma certa disparidade de resultados a nível Brasil e Rio Grande do Sul. No Brasil a finalidade das produções dos estabelecimentos agropecuários se caracteriza pela comercialização (59,59%), enquanto que no Rio Grande do Sul, 81,63%. Esses resultados podem ser explicados em decorrência da disparidade de produção das regiões brasileiras. Conforme apresentado no Gráfico 01:

**Figura 01:** Produção agropecuária destinada ao consumo próprio nos estabelecimentos agropecuários por regiões do Brasil.



**Fonte:** Censo agropecuário (2018). Elaborado pelos autores.

Como se pode constatar na região Nordeste tende a predominar estabelecimentos que visam basicamente o consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor, representando aproximadamente 61% da produção agrícola da região. Neste local, destaca-se como mais representativos na produção visando o autoconsumo familiar os seguintes estados: Piauí (83,55%); Ceará (80,63%); Paraíba (72,04%) e Pernambuco (67,54%) Rio Grande do Norte (61,88%); e Maranhão (60,43%), fazendo com que a média nacional destinada para o consumo próprio se sobressaia perante a média do Rio Grande do Sul.

Já nas demais regiões, a produção agrícola visa predominantemente a comercialização agrícola. Sendo que a região Sul apresenta o menor percentual de produção destinado para o autoconsumo familiar (19,51%). Cabe ressaltar que estas regiões se destacam devido ao maior volume de commodities produzidas do país, especialmente a região Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Para Escher et al., (2005) nestas situações reside a possibilidade de que muitos destes estabelecimentos sejam, na verdade sítios ou chácaras de lazer utilizadas ao mesmo tempo para lazer e residência de pessoas que não são especificadamente agricultores (os chamados “neorurais”), não constituindo necessariamente uma unidade de produção agropecuária.

Boscardin e Spanevello (2019), em estudo de caso realizado no norte do estado do Rio Grande do Sul constataram que há uma estreita relação entre produção para o autoconsumo e tamanho das propriedades. Ou seja, quanto menores as áreas, mais excluídos em termos tecnológicos e de produção de *commodities.*

Em casos de estabelecimentos agropecuários com produção agrícola visando apenas o autoconsumo familiar chama-se atenção para a aposentadoria rural. A combinação entre aposentadoria rural e produção para subsistência garante que grande parcela de agricultores, neste caso, os aposentados vivam no meio rural em melhores condições, já que muitas vezes, um salário mínimo seria insuficiente para se manter no meio urbano, tendo em vista o maior custo de vida neste local e a impossibilidade de produzir seus próprios alimentos (BOSCARDIN E SPANEVELLO, 2019).

Sendo assim, embora sua capacidade de trabalho fique um tanto reduzida, cabe destacar que os aposentados permanecem realizando atividades agrícolas, mesmo após a conquista da aposentadoria, e dentre estas atividades a produção para o autoconsumo se sobressai perante as demais. Ou seja, a aposentadoria por idade no meio rural, diferentemente da urbana, possibilita ao aposentado continuar trabalhando, especialmente em atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar e isso se deve a distintas razões. Entre elas, os agricultores permanecem trabalhando porque consideram insuficiente viver apenas com o dinheiro da aposentadoria (BOSCARDIN E SPANEVELLO, 2019).

Cabe ainda destacar que, segundo dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, aproximadamente 34% dos produtores que estão à frente dos estabelecimentos têm 60 anos ou mais, o que significa que podem estar exercendo a atividade agropecuária associada com o recebimento da aposentadoria rural. Em tese, são produtores que tendem a diminuir a capacidade produtiva e a produção agropecuária em razão da limitação física.

A análise da fonte de renda dos estabelecimentos agropecuários a nível Brasil e Rio Grande do sul é apresentado na tabela 03:

**Tabela 03:** Fonte de renda dos estabelecimentos agropecuários.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Estabelecimentos | Atividades desenvolvidas no estabelecimento como principal fonte de renda | Atividades desenvolvidas no estabelecimento não são a principal fonte de renda |
| Brasil | 41,81% | 58,19% |
| Rio Grande do sul | 62,30% | 37,70% |

**Fonte:** Censo agropecuário (2017).

Como se pode evidenciar grande parcela dos agricultores não possuem as atividades desenvolvidas no estabelecimento como principal fonte de renda. No caso do Brasil, 58,19% e 37,70% no caso do Rio Grande do Sul.

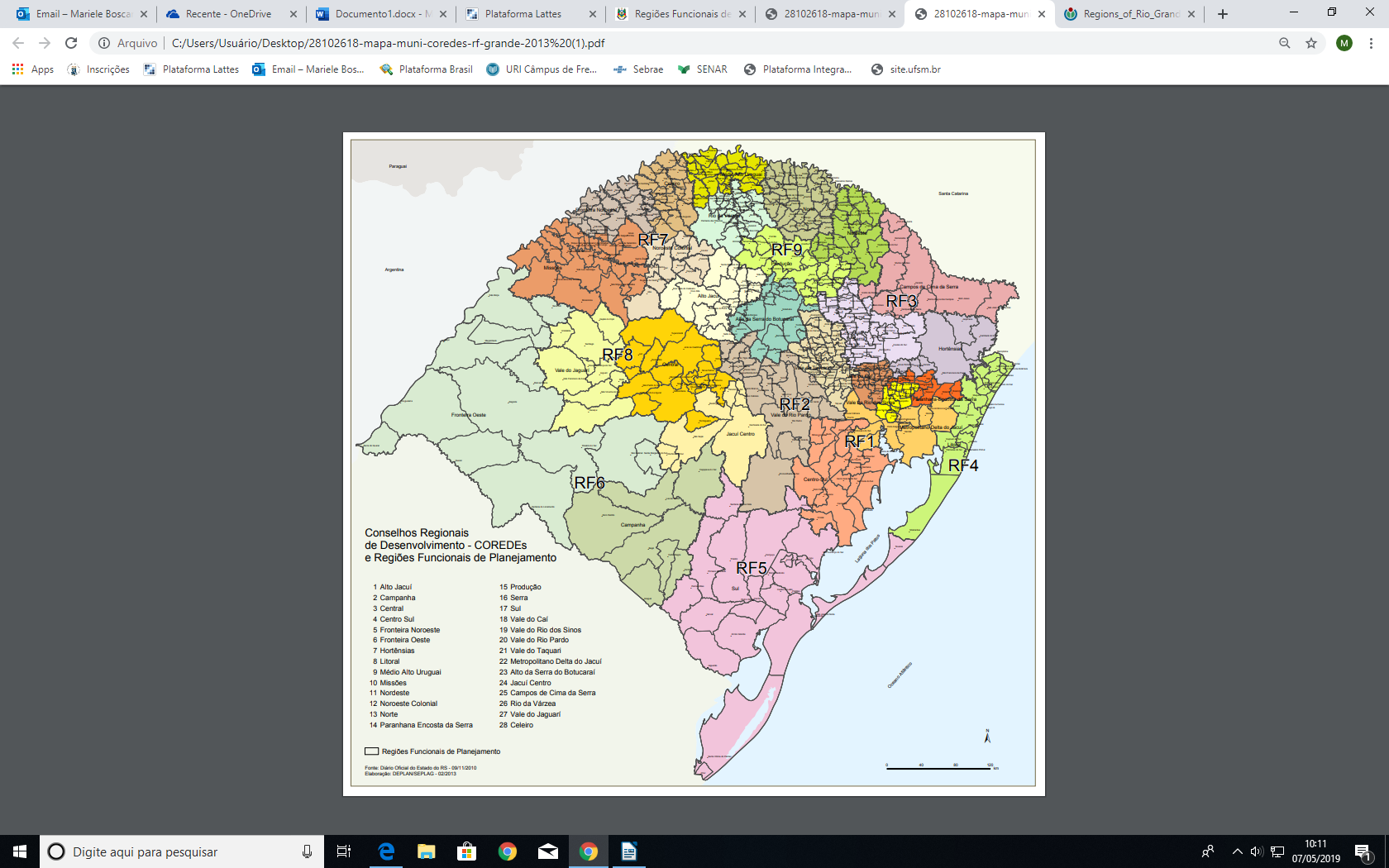
Nestes exemplos, abre-se espaço para a análise da diversidade atual presente no meio rural e, principalmente na agricultura familiar, sinalizando e confirmando, que o meio rural é um local pluriativo e multifuncional, no qual os agricultores combinam atividades, e possuem plurirrendimentos, oriundos de atividades agrícolas e não agrícolas, visto que, as rendas agrícolas não representam os principais ingressos monetários entre as famílias.

Na seção seguinte apresentam-se as características, com base nas transformações do meio rural, dos municípios do estado do Rio Grande do Sul.

**4.2 Transformações do rural contemporâneo dos municípios do estado do Rio Grande do Sul**

O estado do Rio Grande do Sul abrange um total de 497 municípios com distintas características entre si. Neste estudo, para fins de análise, optou-se pela subdivisão dos municípios de acordo com as Regiões Funcionais de Planejamento (RF), as quais abrangem determinado número de Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) que por sua vez abrangem determinado número de municípios. O mapa das Regiões Funcionais de Planejamento é apresentado na Figura 01:

**Figura 01:** Regionalização das Regiões Funcionais de Planejamento e dos COREDEs.



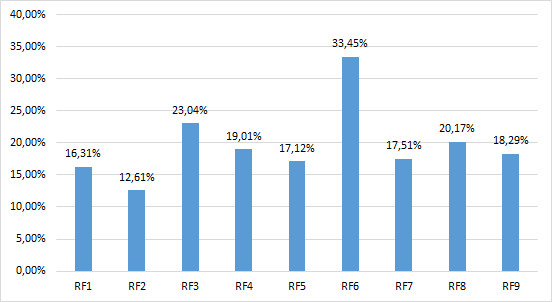
**Fonte:** Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019).

De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019) as Regiões Funcionais de Planejamento foram criadas como forma de organizar as políticas regionais, passando a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual. Esta regionalização foi definida com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas a identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros. No estado há um total de 9 Regiões Funcionais de Planejamento (RF):

* RF 1 - abrange 5 Coredes: Metropolitano do Delta Jacuí, Centro Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos e Paranhana- Encosta da Serra e 70 municípios;
* RF 2 - abrange 2 Coredes : Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari e 59 municípios;
* RF 3 - abrange 3 Coredes: Campus de Cima de Serra, Hortênsias e Serra e 49 municípios;
* RF 4 - abrange um Corede: Litoral e 21 municípios;
* RF 5: abrange um Corede: Sul e 22 municípios;
* RF 6: abrange dois Coredes: Campanha e Fronteira Oeste e 20 municípios;
* RF 7: abrange quatro Coredes: Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro e 77 municípios;
* RF 8: abrange 4 Coredes: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari e 49 municípios;
* RF 9: abrange 6 Coredes: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Varzea e 130 municípios.

Tratando-se do local de residência dos gestores, constatou-se diferenças significativas entre as Regiões Funcionais de Planejamento no estado. Conforme figura 02:

**Figura 02:** Percentual de estabelecimentos agropecuários em que os dirigentes não residem no mesmo por regiões funcionais do Rio Grande do Sul.



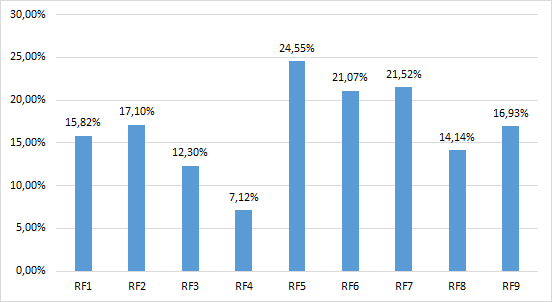
**Fonte**: Censo agropecuário (2017). Elaborado pelos autores.

Como pode-se constatar os resultados obtidos evidenciam uma nova configuração do meio rural sendo que em todas as regiões funcionais obtiveram índices de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários que não residem no mesmo. A RF 6 obteve resultados mais representativos, visto que 33,45% dos dirigentes não residem no mesmo, seguido da RF 3 com percentual de 23,04% dos dirigentes que não residem no mesmo. Por outro lado, a RF 2 e a RF 1 com 12,61% e 16,31%, respectivamente, possui menor percentual de dirigentes que não residem nos estabelecimentos.

A Região Funcional 6 se caracteriza por propriedades com áreas de terra de maiores extensões. Neste local, a produção agropecuária é caracterizada pela pecuária de corte extensiva e produção de commodities, atividades estas com maior flexibilidade, não exigindo cuidados diários, diferente da atividade leiteira, por exemplo, sendo essa uma possível hipótese de explicação desta variável, visto que possivelmente são produtores que residem no meio urbano e se deslocam diariamente para o meio rural a fim de realizar as atividades agrícolas.

A figura 03 retrata a produção dos estabelecimentos agropecuários destinadas ao consumo próprio do gestor e de pessoas com laços de parentescos, com base nas Regiões Funcionais de Planejamento do estado.

**Figura 03:** Percentual da produção dos estabelecimentos agropecuários destinadas ao consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos.

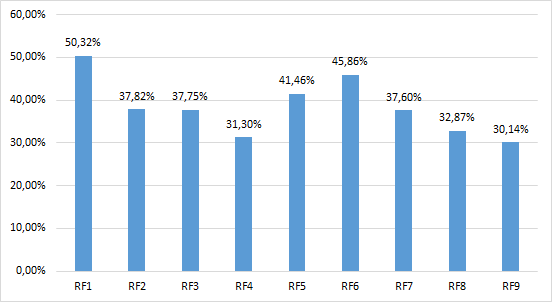


**Fonte:** Censo agropecuário (2017). Elaborado pelos autores.

Como pode-se constatar, a Região Funcional 05 é a que possui maior número de propriedades que destinam a sua produção para o consumo próprio, representando 24,55% do número de estabelecimentos agropecuários totais da região. Em seguida, se destaca a Região Funcional 07, na qual 21,52% dos estabelecimentos destinam sua produção para o autoconsumo familiar.

Na figura 04 encontra-se os resultados de cada região funcional em que nos estabelecimentos agropecuários as atividades desenvolvidas não são a principal fonte de renda da propriedade. Observa-se que atualmente esse fato passou a ser adotados pelos dirigentes do estabelecimento, desta maneira, a renda da propriedade é diversificada composta por atividades agrícola e não agrícolas.

**Tabela 04:** Percentual de estabelecimentos agropecuários em que as atividades desenvolvidas não são a principal fonte de renda.



**Fonte:** Censo agropecuário (2017).

Como pode-se constatar, em todas as Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul obteve-se resultados expressivos em relação a produtores rurais que não obtêm nas atividades agrícolas as principais fontes de renda, sendo superior a 30% em todas as situações analisadas.

Entretanto, a Região Funcional 01 se destaca, apresentando a maioria (50,32%) dos estabelecimentos agropecuários em que as atividades desenvolvidas na propriedade não são a principal fonte de renda. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de a Região Funcional ser caracterizada como a região metropolitana do estado.

Esta constatação já havia sido pioneiramente destacada por Schneider (1994). Em seu estudo, o autor destaca que, o acesso dos agricultores da região metropolitana a atividades não agrícolas, sobretudo a partir da década de 1980, no qual Porto Alegre, tendo como centro irradiador a cidade de Novo Hamburgo, tornou-se um dos principais centros produtores de calçados (principalmente femininos) do país, setor fortemente exportador.

Para Schneider (1994), o acesso às atividades não-agrícolas possibilitou a emergência de novas formas de obtenção de rendas e permitiu aos agricultores familiares a redefinição do processo produtivo e da organização do trabalho, impactando diretamente a agricultura familiar das regiões, que iniciou um processo de mudança não apenas dos formatos organizacionais e produtivos como também sociais e culturais.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho procurou- se analisar as “transformações” no meio rural brasileiro e identificar as disparidades sobre as mesmas nas regiões do estado do Rio Grande do Sul com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analisando três variáveis: 1) Se o dirigente do estabelecimento reside no mesmo; 2) A finalidade da produção agropecuária do estabelecimento; e 3) Se as atividades desenvolvidas no estabelecimento se referem a principal fonte de renda, foi possível constatar que o meio rural contemporâneo se caracteriza por um espaço de transformações, especialmente no que diz respeito as pessoas que neste local residem, ocupam-se e obtém suas fontes de renda.

Tanto a nível nacional, como a nível estadual, apresentando disparidades entre as regiões, pelas características produtivas e culturais, constatou-se significativo número de estabelecimentos agropecuários em que o dirigente não reside no mesmo, estabelecimentos agropecuários em que a finalidade da produção agrícola visa somente o autoconsumo familiar, bem como estabelecimentos em que as atividades agrícolas não se caracterizam como a principal fonte de renda do produtor.

Estas informações denotam que o meio rural contemporâneo: 1) tornou um local de estreita relação com o meio urbano, visto que, muitos agricultores residem no meio urbano e desenvolvem atividades agrícolas; 2) o meio rural tornou-se local apenas de lazer e moradia, no qual muitos agricultores produzem apenas para o autoconsumo familiar, possuindo outras fontes de rendas, em muitos casos, a aposentadoria rural; 3) as rendas agrícolas não representam os principais ingressos monetários entre as famílias, visto que, estas se ocupam de atividades não agrícolas.

Por fim, cabe ainda destacar que, os estudos sobre pluriatividade e atividades não agrícolas, mencionadas na seção introdutória deste artigo, os quais se desenvolveram ao longo dos anos de 1990, ganharam ainda mais destaque, a partir do momento em que o IBGE passou a incorporar em suas estatísticas o perfil socioeconômico dos agricultores e de suas famílias e suas relações com o espaço urbano, como visto neste estudo.

**REFERÊNCIAS**

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC).** Pelotas: UFPEL, 1995.

ANJOS, F. S. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Pelotas: **EGUFPEL**, 2003.

ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>. Acesso em: 07 mai. 2019.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa/UNICAMP, 2004.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CARNEIRO, M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade? In: **II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro.** Campinas - IE/Unicamp, outubro de 2001.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 11, v. 32, 1996, p. 89-105.

ESCHER, et al. Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 04, p. 643-668, Out/Dez 2014 – Impressa em Janeiro de 2015.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of rural Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: abril de 2019

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, 1998, p. 515-551.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas/SP, n. 25, mai/dez. 1995, p. 21-37.

NEVES. Agricultura Familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997, p. 7-25.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas/SP, n. 24, v. 3, set/dez. 1994, p. 106-132.

SEYFERTH, G. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: **Movimento,** 1974. (Coleção Documentos Brasileiros).

SEYFERTH, G. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L. (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.** São Paulo: Marco Zero, 1987.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29, Nova Série, 1984.

SEYFERTH, G. O colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa. **Revista Raízes**. v.31, n.1, jan-jun / 2011.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: **Tores Associados**, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, jan/dez. 2004.